

PMV estuda destino de áreas de marinha

Procurador-geral de Vitória acha que as áreas deveriam ser usadas para potencializar o desenvolvimento da Capital

A Procuradoria da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) criou um grupo de estudos para analisar qual será o impacto das novas regras para regularização dos terrenos de marinha, projeto aprovado na última terça-feira na Câmara dos Deputados e que altera algumas normas da Medida Provisória 1647. O procurador geral da Capital, Jose Arimathéia Campos Gomes, disse ontem que o trabalho vai estar concluído dentro cinco dias e será entregue ao prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas. "Vamos analisar qual a importância dessas áreas para a cidade, o que poderia ser feito no local, a melhor destinação, qual a situação de cada uma, e repassar para o prefeito".

De acordo com o procurador, os terrenos de marinha deveriam ser utilizados para potencializar o desenvolvimento da cidade de Vitória. "Qual é o interesse da União em fazer a manutenção destas áreas? Que projetos eles possuem que fomenta o desenvolvimento nelas? O importante é que a utilização dê retorno para a cidade. O contribuinte hoje segue a linha da contrapartida. Pagou um tributo ou uma taxa, ele quer saber onde e como ela foi aplicada. Aí fica a pergunta: qual o sentido de pagar por um terreno de marinha? O que isto vai trazer de retorno para quem o pagou. Nós, quando cobramos o Imposto Predial e Territorial Urbano (PTU), apresentamos no ano seguinte um relatório mostrando onde os recursos foram gastos", comentou.

Arimathéia ressalta ainda que os diversos bairros da Capital possuem uma situação diferente e que, portanto, precisam receber um tratamento diferenciado. Ele cita como exemplo o Bairro Benedito Ferreira e o Parque Moscoso. São áreas da cidade que estão sendo injustiçadas. Grande parte dos moradores já possuem até mesmo um tipo de título. No Par-

existe até um decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos moradores".

O presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), José Luiz Kfuri, informou que 30% dos imóveis da Capital estão construídos em cima de um terrenos de marinha. "São propriedades de pessoas que vão ser penalizadas dentro da realidade da MP", disse, ressaltando que, assim como a PMV, vários segmentos da sociedade não concordam com as mudanças. "Muitos imóveis foram comprados de terceiros, alguns até mesmo desconheciam que a área era propriedade da União, onde foram feitas inclusive benfeitorias. De repente vem uma regra dizendo que você tem que pagar tudo novamente e a preço de mercado".

A titular da Delegacia de Patrimônio da União, Chisue Kawashima de Souza, voltou a afirmar que os terrenos situados no interior da ilha de Vitória ficaram "de fora" da MP, por dois motivos: primeiro, porque dependem de legislação específica; segundo, porque não houve cadastramento dos terrenos da região. "Não chegamos a cadastrar imóveis no interior da ilha de Vitória por não conhecermos a situação exata de cada um, uma vez que poderiam ter sido frutos de doações da Coroa Portuguesa, através de sesmarias, evitando prejuízos para os moradores", disse, complementando que a área foi preservada para posterior estudo e cadastramento.

De acordo com a deputada federal Rita Camata, relatora do projeto de conversão que alterou a MP, houve um compromisso do Governo Federal de que não haveria vetos ao projeto, com exceção do artigo que trata da gratificação dos servidores da Secretaria de Patrimônio da União, onde ainda residem algumas dúvidas. "Os demais avanços que o projeto asse-



OCUPAÇÃO

Chico Guedes

A Procuradoria da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) criou um grupo de estudos para analisar qual será o impacto das novas regras para regularização dos terrenos de marinha, projeto aprovado na última terça-feira na Câmara dos Deputados e que altera algumas normas da Medida Provisória 1647. O procurador geral da Capital, Jose Arimathéia Campos Gomes, disse ontem que o trabalho vai estar concluído dentro cinco dias e será entregue ao prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas. "Vamos analisar qual a importância dessas áreas para a cidade, o que poderia ser feito no local, a melhor destinação, qual a situação de cada uma, e repassar para o prefeito".

De acordo com o procurador, os terrenos de marinha deveriam ser utilizados para potencializar o desenvolvimento da cidade de Vitória. "Qual é o interesse da União em fazer a manutenção destas áreas? Que projetos eles possuem que fomentem o desenvolvimento nelas? O importante é que a utilização dê retorno para a cidade. O contribuinte hoje segue a linha da contrapartida. Pagou um tributo ou uma taxa, ele quer saber onde e como ela foi aplicada. Aí fica a pergunta: qual o sentido de pagar por um terreno de marinha? O que isto vai trazer de retorno para quem o pagou. Nós, quando cobramos o Imposto Predial e Territorial Urbano (PTU), apresentamos no ano seguinte um relatório mostrando onde os recursos foram gastos", comentou.

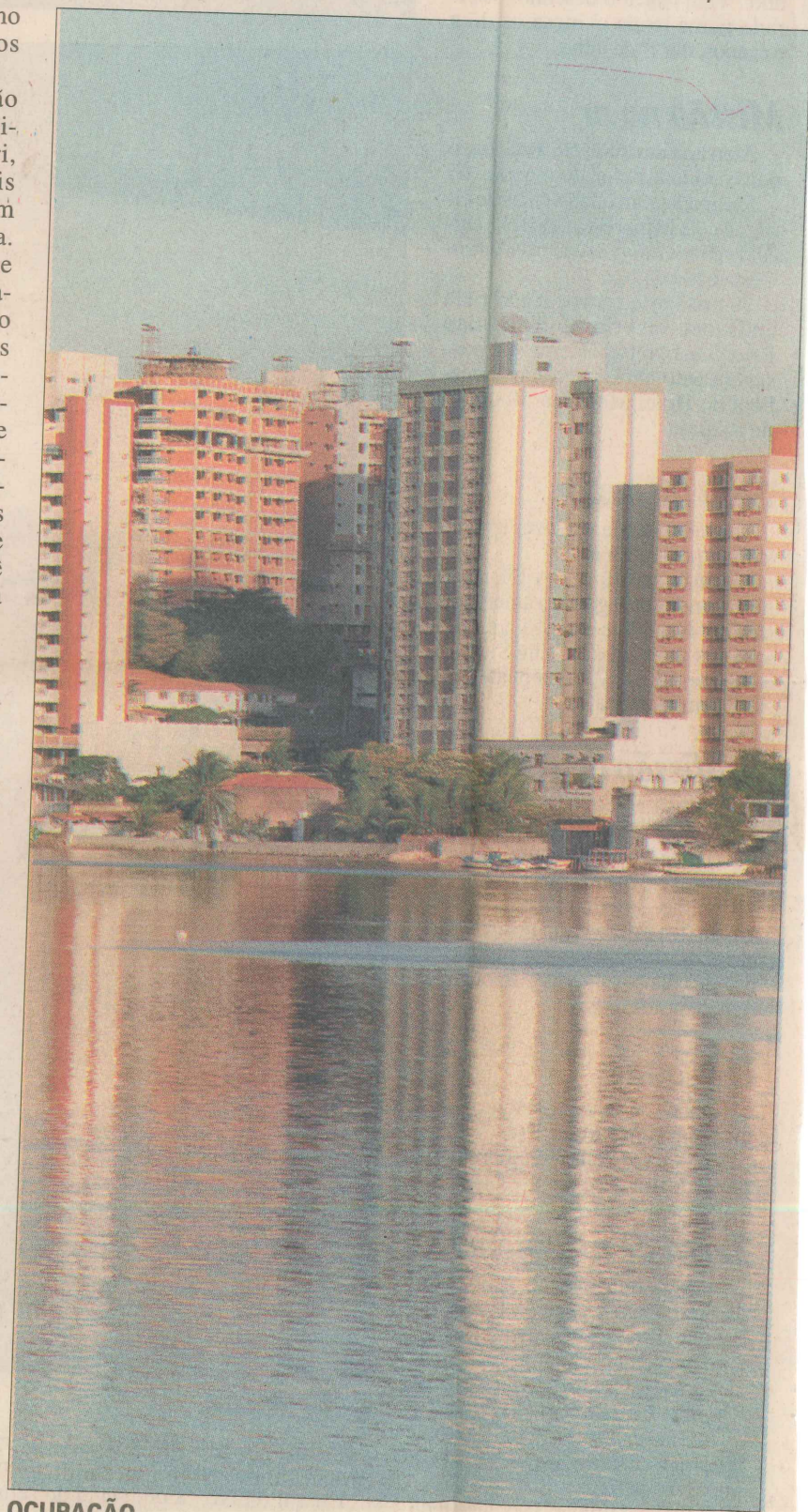
Arimathéia ressalta ainda que os diversos bairros da Capital possuem uma situação diferente e que, portanto, precisam receber um tratamento diferenciado. Ele cita como exemplo o Bairro Benedito Ferreira e o Parque Moscoso. São áreas da cidade que estão sendo injustiçadas. Grande parte dos moradores já possuem até mesmo um tipo de título. No Parque Moscoso, por exemplo, já

existe até um decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos moradores".

O presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), José Luiz Kfuri, informou que 30% dos imóveis da Capital estão construídos em cima de um terrenos de marinha. "São propriedades de pessoas que vão ser penalizadas dentro da realidade da MP", disse, ressaltando que, assim como a PMV, vários segmentos da sociedade não concordam com as mudanças. "Muitos imóveis foram comprados de terceiros, alguns até mesmo desconheciam que a área era propriedade da União, onde foram feitas inclusive benfeitorias. De repente vem uma regra dizendo que você tem que pagar tudo novamente e a preço de mercado".

A titular da Delegacia de Patrimônio da União, Chisue Kawashima de Souza, voltou a afirmar que os terrenos situados no interior da ilha de Vitória ficaram "de fora" da MP, por dois motivos: primeiro, porque dependem de legislação específica; segundo, porque não houve cadastramento dos terrenos da região. "Não chegamos a cadastrar imóveis no interior da ilha de Vitória por não conhecermos a situação exata de cada um, uma vez que poderiam ter sido frutos de doações da Coroa Portuguesa, através de sesmarias, evitando prejuízos para os moradores", disse, complementando que a área foi preservada para posterior estudo e cadastramento.

De acordo com a deputada federal Rita Camata, relatora do projeto de conversão que alterou a MP, houve um compromisso do Governo Federal de que não haveria vetos ao projeto, com exceção do artigo que trata da gratificação dos servidores da Secretaria de Patrimônio da União, onde ainda residem algumas dúvidas. "Os demais avanços que o projeto assegura não vão sofrer alterações".



OCUPAÇÃO

Trinta por cento dos imóveis da Capital estão em área de marinha

Chico Guedes